

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Bianka Moreira de Paula

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A INCLUSÃO DE
ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Juiz de Fora

2025

Bianka Moreira De Paula

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A INCLUSÃO DE
ALUNOS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Juiz de Fora,
como requisito parcial à obtenção do grau
de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Mylene Cristina Santiago

Juiz de Fora
2025

RESUMO

Neste ensaio, discutiremos a importância da formação continuada para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A escolha desse tema surgiu a partir da minha experiência em um estágio, no qual atuei diretamente com um aluno autista e percebi como a falta de experiência dos professores pode impactar negativamente o desenvolvimento desses estudantes. O ensaio aborda aspectos essenciais do autismo, suas características e os impactos na aprendizagem, destacando a necessidade de políticas educacionais que assegurem a formação continuada dos docentes. Além disso, evidencia os desafios enfrentados na prática da inclusão escolar, como a falta de preparo dos professores, a escassez de recursos e as barreiras estruturais, buscando responder à seguinte questão: A formação continuada é essencial para incluir alunos com TEA nas práticas escolares cotidianas? O trabalho foi desenvolvido com base em autores e documentos que discutem a inclusão escolar e o autismo, com destaque para as seguintes referências: DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais; Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Com isso, foi possível concluir que a formação continuada dos professores é fundamental para a inclusão efetiva de alunos com TEA no ambiente escolar. O ensaio revelou que a falta de preparo docente, aliada à escassez de recursos e às barreiras estruturais, pode prejudicar significativamente o desenvolvimento e a participação desses estudantes. Contudo, políticas educacionais focadas na capacitação contínua dos professores podem contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas, favorecendo a aprendizagem e o bem-estar dos alunos autistas.

Palavras-chave: TEA; Formação continuada; Inclusão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	5
3. A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	8
4. ESTUDO DE CASO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
6. REFERÊNCIAS	18

1. INTRODUÇÃO

A escolha deste tema foi motivada pela minha experiência como estagiária, na qual tive a oportunidade de atuar como auxiliar de um aluno com autismo durante o período de um ano. Surpreendentemente, fui designada para essa função mesmo sem possuir experiência prévia, o que tornou o início bastante desafiador. A adaptação foi difícil tanto para o aluno, no processo de estabelecer uma relação comigo, quanto para mim, ao me adaptar a todo o contexto escolar. Até então, minha perspectiva da escola era exclusivamente a de aluna, e não a de uma profissional com responsabilidades a cumprir. Essa experiência foi determinante para a escolha do tema deste trabalho.

Segundo Bueno (2009, apud Sampaio, 2018, p. 2), se o professor não tiver uma orientação adequada, ele não contribuirá para a inclusão de seus alunos. Portanto, é fundamental que os professores recebam uma formação continuada e atualizada, visando ampliar seus conhecimentos e desenvolver práticas específicas para o ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais. Para que isso aconteça, tanto os professores quanto o espaço escolar devem estar preparados para melhor atender esses alunos.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) foi publicada em 2008 com a projeção da redução sistemática de matrículas de alunos com deficiência em escolas especiais e o aumento destas nas escolas regulares. Desde 2008, as matrículas têm crescido gradualmente nas escolas regulares, sendo que em 2020, foi ultrapassada a marca de 90% dos alunos com deficiência em escolas regulares no Brasil. Portanto a PNEEPEI é um marco importante para a discussão da escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial (Lima, 2022).

É relevante mencionar a Lei 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como o Decreto 8.368/2014, que regulamenta essa lei. O seu artigo 4º traz de forma incisiva a questão da educação:

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo garantido a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior. (LEI 12.764/2012).

Em outras palavras, frequentar uma escola é direito do estudante com TEA, sendo obrigação da escola oferecer um sistema educacional inclusivo. No entanto, a realidade aponta para um despreparo tanto dos professores quanto das instituições de ensino, que em uma tentativa de cortar gastos acabam colocando pessoas sem preparo específico para auxiliar essas crianças, o que pode prejudicar o desenvolvimento desses alunos.

Este ensaio foi realizado a partir de livros e artigos científicos que abordam questões relacionadas à inclusão de alunos com TEA. O objetivo foi identificar os principais desafios e soluções encontrados em diferentes contextos para a implementação da inclusão escolar, com um enfoque especial nas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com base em estudos que abordam as práticas pedagógicas adaptadas, a formação de professores e o impacto da inclusão no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA, buscando responder a seguinte questão: “A formação continuada é essencial para incluir alunos com TEA em práticas escolares do dia a dia?”.

Neste ensaio, abordamos a importância da formação continuada para atuar com alunos com Transtorno do Espectro Autista e organizamos o conteúdo em seções para facilitar a compreensão. A seguir, apresentamos cada uma delas:

Iniciamos com o tópico “Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista”, descrevendo o que é o autismo, suas principais características e como ele pode impactar o processo de aprendizagem e a socialização dos estudantes.

No tópico seguinte, denominado “A formação docente na perspectiva da inclusão”, discutimos a necessidade de capacitação contínua para os educadores, abordando desafios e lacunas na formação inicial e continuada para atuar com alunos autistas.

Posteriormente, apresentamos o tópico “Estudo de caso: relato de experiência de estágio na educação infantil”, no qual compartilho minhas vivências como estagiária acompanhando um aluno autista. Relato os desafios encontrados no processo de inclusão, contribuindo para uma reflexão sobre a prática docente e a importância da formação continuada.

Nas considerações finais, retomamos os principais pontos discutidos ao longo do ensaio, reforçando a importância da formação continuada para que os professores estejam preparados para atuar com alunos autistas.

2. COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta as áreas de socialização, comunicação e comportamento, sendo a interação social a mais comprometida (BRASIL, 2012). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição (DSM-5) descreve três níveis de funcionalidade:

Nível 1 (necessita suporte): dificuldade em iniciar interações sociais, respostas atípicas ou não sucedidas para abertura social; interesse diminuído nas interações sociais; falência na conversação; tentativas de fazer amigos de forma estranha e mal sucedida;

Nível 2 (necessita de suporte substancial): Déficits marcados na conversação; prejuízos aparentes mesmo com suporte; iniciação limitadas nas interações sociais; resposta anormal/reduzida a aberturas sociais;

Nível 3 (necessita de suporte muito substancial): Prejuízos graves no funcionamento; iniciação de interações sociais muito limitadas; resposta mínima a aberturas sociais. (APA, 2013).

Além disso, no DSM-5, o TEA é descrito com base em dois grandes critérios: 1- Déficits persistentes na comunicação social e na interação e 2- Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Com base nesses critérios e nos critérios usados pelo site *Social Mentes* (SOCIALMENTES, 2024), fiz a seguinte sistematização em quatro aspectos que influenciam o padrão de comportamento e o desenvolvimento da pessoa autista, impactando sua forma de interação com o mundo:

Dificuldade de Interação Social - Pessoas com TEA podem ter dificuldade em iniciar ou manter conversas, interpretar expressões faciais e compreender nuances da comunicação não verbal. Além disso, podem apresentar dificuldades em reconhecer as emoções dos outros e adaptar-se a diferentes contextos sociais. Muitas vezes, por terem dificuldade em entender normas sociais implícitas, como a importância de contato visual ou proximidade física apropriada, preferem interações mais estruturadas ou previsíveis.

Barreiras Comportamentais - O comportamento de pessoas autistas pode ser caracterizado por padrões repetitivos e uma forte necessidade de rotina. Essa característica pode manifestar-se de diversas formas, como movimentos estereotipados (bater as mãos, balançar o corpo), repetição de palavras e frases (ecolalia) ou hiperfoco em temas específicos. Mudanças inesperadas na rotina podem causar grande desconforto, pois a previsibilidade traz segurança para muitas pessoas no espectro. Além disso, interesses específicos podem ser intensamente explorados, tornando-se um canal de comunicação e aprendizado.

Hiper ou Hipossensibilidade Sensorial - O processamento sensorial em pessoas com TEA pode ser mais intensificado (hipersensibilidade) ou reduzidas (hipossensibilidade) aos estímulos do ambiente. Pessoas com hipersensibilidade podem sentir desconforto extremo diante de sons altos, luzes intensas, texturas específicas ou odores fortes. Isso pode levá-las a evitar determinados ambientes ou demonstrar reações de estresse. Por outro lado, a hipossensibilidade pode levar à busca por estímulos intensos, como tocar superfícies repetidamente, cheirar objetos ou ter uma alta tolerância à dor.

Barreiras na Comunicação - A comunicação pode variar de pessoa para pessoa: algumas pessoas são totalmente verbais, enquanto outras utilizam formas alternativas, como gestos, figuras ou dispositivos de comunicação. Mesmo aqueles que falam fluentemente podem apresentar dificuldades na comunicação considerada funcional, como compreender metáforas, expressões idiomáticas ou manter uma conversa dentro dos padrões sociais. A ecolalia (repetição de palavras ou frases) como já citada anteriormente, pode ser uma forma de processar informações ou se expressar, e não deve ser vista apenas como um comportamento repetitivo. Além disso, muitos autistas interpretam a linguagem de maneira literal, podendo não compreender ironias e duplo sentido.

É importante destacar que as manifestações do TEA variam significativamente dependendo do grau de desenvolvimento, das características apresentadas e da gravidade dos sintomas. Alguns dos sintomas do TEA estão associados a distúrbios emocionais e comportamentais, como ansiedade, irritabilidade, desatenção, agressividade, hiperatividade e problemas de sono (Persico, 2019; apud Vieira, 2022). Além disso, também pode ocorrer seletividade alimentar, caracterizada pela preferência por alimentos específicos, resistência em experimentar novos sabores e níveis baixos de apetite (Mendes, 2021; apud Vieira, 2022).

É importante ter em mente que o autismo não é uma doença, mas sim uma condição em que a neurodiversidade desempenha um papel central. Pessoas com autismo têm uma maneira única de perceber o mundo e podem contribuir significativamente para a sociedade, desde que recebam o apoio adequado e as oportunidades necessárias para desenvolver seu potencial. O tratamento e o apoio podem incluir terapias comportamentais, ocupacionais, intervenção precoce e

educação especializada, todas adaptadas às necessidades individuais de cada pessoa.

Compreender o TEA vai além do reconhecimento de suas características, é necessário valorizar a neurodiversidade e construir ambientes que respeitem as diferenças, possibilitando que pessoas autistas desenvolvam seu potencial e participem ativamente da sociedade. Cada um deles possui um conjunto único de habilidades e desafios, tornando fundamental a adoção de abordagens individualizadas na educação e no suporte diário.

3. A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Atualmente, no Brasil, a formação de professores capacitados para atuar na perspectiva da inclusão ocorre nos cursos de licenciatura em Pedagogia. No entanto, a grade curricular desses cursos apresenta poucas disciplinas voltadas especificamente à inclusão.

Nakano (2023) faz uma análise de 45 cursos de Pedagogia e revelou que, em média, cada curso oferece apenas 1,6 disciplinas relacionadas à educação especial, com a maioria dessas disciplinas sendo obrigatórias. Além disso, 83% dessas disciplinas abordam a educação especial de forma geral, sem especificar o público-alvo, enquanto 30,9% focam em déficits ou transtornos específicos, destacando-se a disciplina de Libras. Apenas uma disciplina identificada aborda diretamente as altas habilidades ou superdotação. Essa estrutura curricular contribui para a sensação de despreparo dos professores no atendimento a estudantes que são público-alvo da educação especial.

Um aspecto relevante é que essas disciplinas são obrigatórias na Pedagogia, mas em outras licenciaturas é comum que não haja disciplinas voltadas à formação para a inclusão de alunos com deficiência. Na maioria dos casos, a única exigência obrigatória é a disciplina de Libras, que, apesar de essencial, não consegue abranger todas as especificidades dessa língua, cuja estrutura é própria e complexa.

[...] a simples inserção de disciplinas e/ou conteúdos específicos não atribui à formação docente uma perspectiva orgânica acerca da educação dos sujeitos da educação especial, quer seja no curso de pedagogia ou nas demais licenciaturas (GARCIA, 2013, p.103).

Essa lacuna na formação inicial pode gerar insegurança entre os docentes, dificultando a adaptação de suas práticas pedagógicas e, em muitos casos, resultando em processos de exclusão dentro da própria escola. No caso da inclusão de alunos com autismo, essa carência se manifesta de diversas formas, pois muitos professores relatam não ter conhecimento suficiente sobre as características do TEA, estratégias de ensino apropriadas e técnicas de manejo comportamental. Para mitigar essas dificuldades, especialistas enfatizam a importância da formação continuada, essencial para complementar a preparação inicial dos professores e garantir a construção de estratégias eficazes para o ensino inclusivo.

A formação continuada deve assegurar que os professores desenvolvam as aptidões necessárias para atender às diversas características individuais de seus

alunos, inclusive aqueles com deficiência. Nesse sentido, Martins e Andrade (2016 apud Lima, 2021) destacam que essa formação deve fornecer subsídios para que os professores possam planejar atividades diferenciadas e adaptadas, além de flexibilizar suas práticas para avaliar os alunos conforme suas necessidades.

O Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) e a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) têm como um de seus eixos a oferta de programas de formação continuada para docentes, buscando suprir as lacunas da formação inicial. A Meta 16 do PNE estabelece que todos os professores tenham acesso à formação continuada, com ênfase no atendimento a estudantes com deficiência. Entretanto, a implementação desses programas enfrenta desafios, como escassez de investimentos, falta de estrutura em diversas regiões e sobrecarga de trabalho docente, o que dificulta a participação nessas capacitações.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (BRASIL, 2015) estabelece diretrizes para garantir e promover os direitos das pessoas com deficiência, assegurando o direito à educação inclusiva. No entanto, para que essa inclusão seja efetiva, é necessário que as políticas públicas sejam acompanhadas de ações concretas, como a ampliação da formação docente e o suporte adequado às escolas e profissionais da educação.

Garantir a inclusão de alunos com TEA requer investimentos contínuos na formação dos professores. Uma capacitação específica permite que os docentes compreendam as necessidades desses alunos e desenvolvam estratégias pedagógicas acessíveis. Como pontua Cunha:

Não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre dificuldades de aprendizagem e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno. (CUNHA, 2017, p. 101).

Entretanto, ainda há casos de escolas que adotam sistemas de ensino paralelos, segregando crianças com TEA e comprometendo a efetividade das legislações inclusivas. Para evitar essa prática, é fundamental investir em políticas que fortaleçam a formação continuada dos professores e promovam espaços de troca de experiências, conforme destacam Nóvoa (2022) e Tardif (2005) ressaltando que há múltiplas dimensões do trabalho docente e, nesse sentido, muitos aprendizados e conhecimentos se constroem na prática, a partir de vivências e

experiências no espaço escolar, ou seja, é necessário que os profissionais tenham a oportunidade de trocar experiências e participar de espaços onde possam adquirir conhecimentos necessários ao trabalho docente na perspectiva inclusiva.

A estrutura física e o ambiente escolar também podem representar desafios para a inclusão, especialmente para alunos autistas, que podem sofrer com ambientes barulhentos, superlotados ou visualmente poluídos. A falta de recursos como salas multifuncionais e materiais adaptados compromete ainda mais a inclusão, visto que tais ambientes podem intensificar a sensibilidade sensorial característica do Transtorno do Espectro Autista (TEA), resultando em maior ansiedade e dificuldade de interação. A falta de recursos adequados, como salas de recursos multifuncionais, materiais adaptados e profissionais de apoio, também dificulta a personalização das estratégias pedagógicas necessárias para atender às necessidades individuais dos alunos autistas, tornando o processo educativo menos acessível e menos inclusivo.

O processo de inclusão escolar das pessoas com TEA deve acontecer por meio de práticas pedagógicas voltadas ao cotidiano dos alunos, tendo por base suas experiências e ações do dia a dia, para a promoção do desenvolvimento da criança como pessoa e não como deficiente. Para isso, além do que simplesmente colocá-las dentro do espaço escolar, é preciso proporcionar uma aprendizagem significativa, baseada em suas potencialidades e práticas cotidianas [...]. (SANT'ANA; SANTOS, 2015, p.112).

Isso significa que, além de inseri-los no ambiente escolar, é preciso proporcionar uma aprendizagem significativa, centrada em suas potencialidades e práticas cotidianas. Existem diversas estratégias inclusivas que podem ser adotadas para auxiliar alunos autistas na escola. É fundamental que professores e demais profissionais da educação busquem conhecimento sobre o autismo, suas características e necessidades específicas. Esse conhecimento é essencial para criar um ambiente mais acolhedor e para compreender melhor as dificuldades e habilidades dos alunos autistas. A acessibilidade curricular de acordo com as necessidades individuais desses alunos é igualmente importante. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, como imagens e cronogramas, para facilitar a compreensão, ou a divisão de tarefas em etapas menores e mais claras, tornando o processo de aprendizagem mais acessível e eficaz.

Essa realidade destaca a necessidade de um esforço contínuo para garantir que a inclusão escolar seja efetivamente implementada, não apenas em teoria, mas na prática cotidiana das instituições de ensino. A falta de preparo das escolas e dos

profissionais da educação, bem como a escassez de recursos adequados, são obstáculos que precisam ser superados para que a inclusão seja genuína e significativa.

Para que essas mudanças ocorram, é fundamental que as escolas invistam na formação continuada de seus professores e na conscientização sobre práticas inclusivas. Isso pode ser alcançado através de palestras, cursos de capacitação, e disponibilização de materiais de estudo específicos. Esse investimento é essencial para promover uma mudança na mentalidade e na cultura escolar, assegurando que todos os estudantes, incluindo os autistas, possam ser plenamente incluídos e valorizados no ambiente educacional.

4. ESTUDO DE CASO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em outubro de 2021, após a pandemia, realizei meu primeiro estágio. Inicialmente, minha função seria auxiliar uma turma, o que me parecia simples e dentro da minha zona de conforto. No entanto, em menos de uma semana, recebi a proposta de me tornar estagiária de um aluno específico. Fui informada de que ele havia acabado de se mudar para a cidade e estava ingressando na escola no maternal 2. O aluno, que era autista, havia sido atendido por outra estagiária anteriormente, mas a experiência não havia sido bem-sucedida. A coordenadora me disse que eu poderia ir para casa e pensar sobre o assunto, pois seria uma decisão importante, já que não conhecia o aluno.

Confesso que, naquele momento, fiquei assustada. Era o meu primeiro estágio, eu nunca havia tido contato direto com alunos transtorno do espectro autista (TEA) e ainda estava no meio da faculdade, sem saber exatamente como me comportar em relação a um aluno com as especificidades desse transtorno. Fiquei pensando nas mil possibilidades de coisas que poderiam dar errado, afinal, nem o aluno eu havia conhecido ainda, e nada me foi informado sobre ele. Mas, apesar do medo e da insegurança, resolvi aceitar a proposta, mesmo sem saber por onde começar ou como agir.

No nosso primeiro encontro a coordenadora ficou comigo para me orientar, pois ele era autista não verbal e estava com dificuldades para se adaptar ao novo ambiente escolar. O comportamento dele estava sendo difícil de lidar: ele não subia as escadas para acessar a sala de aula e reagia agressivamente, batendo, quando tentávamos direcioná-lo. Ele não aceitava que eu fizesse nada com ele e se mostrava totalmente resistente à interação. Fiquei com ele por aproximadamente um mês, mas não consegui fazer com que ele fosse para a sala de aula. Em vez disso, ele só aceitava ficar no salão de recepção, onde corria de um lado para o outro sem parar.

Após esse período, a coordenação atendeu à minha solicitação e trouxe a turma dele para uma sala vazia próxima ao salão, onde não havia escadas e a porta possuía uma grade que impedia que ele saísse correndo. Esse foi um passo importante, pois, com a mudança de ambiente, foi possível estabelecer uma relação mais controlada e interativa com ele. Nesse momento, algumas barreiras foram

superadas, como as barreiras arquitetônicas, ao possibilitar que o aluno tivesse acesso à sala de aula sem a necessidade de subir escadas, além das barreiras atitudinais e comportamentais, visto que, a partir desse momento, o aluno passou a se sentir mais seguro e confortável no ambiente em que estava inserido.

Esse episódio nos demonstra que um passo importante para a inclusão do aluno foi dado, pois a verdadeira inclusão começa com a preparação do ambiente para que o aluno se sinta parte dele, e não o contrário, onde o aluno é forçado a se adaptar a um espaço sem alternativas que atendam às suas necessidades.

Como demorou mais de um mês para que o aluno fosse incluído na sua sala de aula, tivemos pouco tempo de aproveitamento naquele ano, já que as férias chegaram logo em seguida. No entanto, a escola oferecia colônia de férias, e os pais optaram por enviá-lo todos os dias, para que sua rotina fosse mantida. Dessa forma, a coordenadora me solicitou que começasse a levá-lo para o segundo andar, pois não seria possível continuar mantendo a turma dele na sala próxima ao salão. De qualquer maneira, ele precisaria começar a ficar no segundo andar. Então, durante os dias da colônia de férias, reservei um tempo todos os dias para levá-lo à sua futura sala de aula, para que ele pudesse se acostumar com o novo ambiente, já que essa estratégia havia dado certo anteriormente.

Quando as aulas realmente retornaram, a rotina da sala de aula não era mais um problema. O próximo desafio seria promover sua participação nas atividades diárias. Ele era autista de grau 2 de suporte, não verbal e bastante agitado. Não conseguia ficar sentado em momento algum nem mesmo para comer, e passava o dia andando pela sala, fazendo estereótipos. A professora que havia assumido a sala dele, agora no maternal 3, era recém-formada, e eu, sem formação completa, me via no desafio de incluí-lo nas atividades junto com outras 15 crianças. Foi uma situação bastante delicada, pois havia a necessidade de adaptá-lo às rotinas da sala e integrar de alguma forma com o grupo.

A partir desse momento, comecei a vivenciar com ele um processo de integração, pois ele não estava incluído nas atividades. A professora, recém-formada, não sabia como preparar atividades que atendessem às necessidades específicas dele, e eu só tinha acesso às atividades no momento em que elas estavam sendo executadas, o que dificultava até a maneira como essas atividades seriam apresentadas a ele. Essa falta de planejamento adequado e a

dificuldade em adaptar as tarefas ao seu perfil tornavam ainda mais desafiadora a tarefa de garantir a participação efetiva do aluno nas dinâmicas de classe.

A psicóloga e a fonoaudióloga nos chamaram para uma conversa na tentativa de unir as terapias, a escola e a família em um trabalho conjunto. Nessa primeira reunião, pude participar com a professora e a coordenadora, com o objetivo de ajustar as práticas para que ele fosse devidamente incluído. Posteriormente, fomos convidadas a vivenciar um dia dele na clínica, mas dessa experiência, somente eu participei. No entanto, isso não foi muito proveitoso, pois, como estagiária e sem formação completa, minha voz não tinha influência na construção das atividades. Dessa forma, mesmo acompanhando o dia a dia na clínica, eu me via como uma observadora, sem poder efetivo para contribuir nas decisões relacionadas ao seu processo de inclusão na escola.

Mas nada mudou significativamente. O aluno continuava a realizar as mesmas atividades que os outros alunos, mesmo sem conseguir completá-las ou acompanhá-las. A maior parte do tempo ele ficava sem fazer nada, andando pela sala ou, raramente, brincando comigo, o que também era difícil, pois ele acabava tirando a atenção da turma. Havia momentos em que eu precisava ajudar a turma como um todo, o que dificultava ainda mais o acompanhamento dele. Além disso, ele tomava remédios fortes que o deixavam sonolento, fazendo com que ele precisasse dormir um pouco durante o horário das aulas. A escola, por sua vez, não demonstrava interesse em acordá-lo, permitindo que ele dormisse diariamente, o que também impactava na participação dele nas atividades.

Dessa forma, acredito que poderíamos ter feito mais por ele se estivéssemos devidamente preparadas para isso, tanto eu e a professora quanto o ambiente escolar como um todo. Ele era um menino muito inteligente e com grande potencial de aprendizagem, porém, a falta de formação das pessoas ao seu redor fez com que ele permanecesse em uma zona de conforto, o que acabou paralisando um pouco sua evolução como aluno. Acredito que, se uma professora especializada o acompanhasse, seu desenvolvimento teria sido mais eficaz.

De acordo com Mantoan (2006), a inclusão escolar não deve se limitar ao simples acesso do aluno ao espaço escolar, mas exige uma transformação nas práticas pedagógicas e na estrutura da escola, de modo a atender às necessidades individuais de cada estudante. Diante disso percebe-se que a ausência de estratégias adaptadas e a falta de preparo da equipe docente fez com que o

processo de aprendizagem e participação do aluno nas atividades escolares não acontecesse de forma efetiva .

Desta forma é possível afirmar que a formação continuada é essencial para que a inclusão de alunos com TEA ocorra de forma efetiva e significativa. A capacitação permanente dos docentes, aliada a um ambiente escolar adaptado e a um trabalho colaborativo entre escola, família e profissionais da saúde, pode promover o desenvolvimento integral desses estudantes, garantindo seu direito à educação de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar a relevância da formação continuada para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tanto, foram discutidas as características do autismo e as políticas de inclusão que preveem a formação contínua dos docentes, buscando responder à seguinte questão: a formação continuada é fundamental para a inserção efetiva de alunos com TEA nas práticas escolares cotidianas?

Com o intuito de evidenciar a importância de uma formação docente qualificada para a inclusão desses alunos, este estudo analisa de que maneira a formação continuada pode contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas, promovendo um ensino de qualidade e acessível a todos os estudantes.

Embora existam políticas públicas que reforçam a necessidade de formação continuada, essas iniciativas ainda se mostram insuficientes para garantir sua implementação efetiva. A carência de investimentos, a ausência de acompanhamento sistemático e a lacuna entre teoria e prática representam desafios significativos que comprometem a preparação dos docentes para a inclusão de alunos com TEA.

Apesar das contribuições deste estudo, algumas limitações foram identificadas, como a precariedade da infraestrutura escolar, a escassez de recursos financeiros e outros fatores que impactam diretamente o processo de inclusão. Nesse sentido, pesquisas futuras podem aprofundar a análise sobre estratégias pedagógicas inclusivas, abordando práticas que favoreçam a adaptação curricular e a participação ativa de alunos com TEA no cotidiano escolar e das políticas públicas voltadas à inclusão desses alunos, das condições estruturais das escolas e das barreiras atitudinais que dificultam sua plena participação no ambiente educacional. Esses estudos poderão contribuir para um entendimento mais aprofundado do Transtorno do Espectro Autista e para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de suporte à inclusão escolar.

Dessa forma, podemos concluir que a formação continuada dos docentes é um fator essencial para a inclusão efetiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. O ensaio evidenciou que a falta de preparo docente, aliada à escassez de recursos e às barreiras estruturais, compromete significativamente o desenvolvimento e a participação desses estudantes. No

entanto, a implementação de políticas educacionais que garantam a capacitação contínua dos professores pode contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas, favorecendo tanto a aprendizagem quanto o bem-estar dos alunos com TEA.

6. REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5: **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.

SOCIAL MENTES. Autismo: compreendendo os sintomas do autismo. Social Mentes, 2024. Disponível em: <https://socialmentes.net/autismo-compreendendo-os-sintomas-do-autismo/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.764/12, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-daeducacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 01 abr. 2020.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, p. 7-25, 2009.

BRASIL. Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 10 fev. 2025.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, p. 101-119, 2013.

MARTINS, Clarissa de Andrade Fernandes; ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade. A importância da formação continuada do professor para a inclusão da criança com deficiência na educação infantil. **Revista Eixos Tech**, v. 11, n. 2, p. 202-208, 2024.

SAMPAIO, Ligia Maria Tavares et al. **Formação do professor na educação inclusiva e TEA**. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47475>. Acesso em: 03 ago. 2022.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

SANT'ANA, Wallace Pereira; DA SILVA SANTOS, Cristiane. A lei Berenice Piana e o direito à educação dos indivíduos com transtorno do espectro autista no Brasil.

Revista Temporis [ação](ISSN 2317-5516), v. 15, n. 2, p. 99-114, 2015.

VIEIRA, Emily Caroline Costa. Caracterização clínica e sociodemográfica de crianças com Transtorno do Espectro Autista: relações entre sintomatologia e níveis de suporte. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em : <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25862>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?.

São Paulo: Editora Moderna, 2003. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em 24/02/2025

